

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Há 34 anos, com o PPD/PSD

Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota



fizeram nascer em Portugal
a social-democracia

Direcção do PSD

34º Aniversário do PSD: uma resenha histórica

Pag.2 e seguintes

Debate quinzenal com o Primeiro-Ministro

Em "Actividades do PSD"

Calendário para o novo Hospital do Algarve é puro eleitoralismo

Em "Notícias do Algarve"

Quando, este ano, já se registam 17 homicídios de mulheres, Mendes Bota discursa em Viena sobre Violência Doméstica

“Sim, quebrámos o silêncio desde a Europa até ao Cáucaso, mas em matéria de Violência Doméstica Contra as Mulheres, o trabalho que nos compete fazer, como parlamentares, é gigantesco, como vos irei demonstrar!” – assim começou Mendes Bota a sua intervenção na “Conferência Final da Dimensão Parlamentar da Campanha de Combate à Violência Contra as Mulheres, Incluindo a Violência Doméstica”, hoje realizada em Viena, pelo Conselho da Europa.

Na sua qualidade de relator para esta campanha, Mendes Bota definiu 7 medidas de referência, consagradas na Resolução 1582, por si apresentada e aprovada em Outubro passado pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo.

Recordem-se essas sete medidas de referência, abaixo das quais Mendes Bota considerou haver um claro défice de qualquer país no combate a esta verdadeira chaga social que afecta a sociedade.

1- Consagrar a violência doméstica contra as mulheres como um crime, incluindo a violação conjugal;

2- Considerar a violência perpetrada por parceiros (ou ex-parceiros), como uma circunstância agravante do crime;

3- Dispor de casas de abrigo para as vítimas, numa proporção igual ou superior a 1 vaga por cada 7.500 habitantes;

4- Aprovar disposições legais de remoção dos cônjuges violentos das habitações familiares e de tomada de medidas de protecção contra os agressores;

5- Garantir o acesso efectivo das vítimas aos tribunais e a medidas de protecção;

6- Aprovar meios orçamentais específicos para o combate à violência doméstica contra as mulheres, numa proporção igual ou superior a um Euro por habitante;

7- Garantir a monitorização regular da aplicação das leis relacionadas com a violência doméstica, por um grupo de trabalho, subcomissão ou comissão parlamentar;

Agora que a campanha do Conselho da Europa se aproxima do fim, e para permitir um balanço da situação no que diz respeito à intervenção parlamentar, Mendes Bota dirigiu um inquérito aos parlamentos dos 47 Estados membros, bem como dos Estados com estatuto de observador.

Foi o resultado desse inquérito que Mendes Bota, na presença do Chanceler austríaco, Alfred Gusenbauer, e da presidente do Parlamento daquele país, Barbara Prammer, e de mais de uma centena de deputados nacionais de dezenas de países europeus, foi apresentar a Viena.

Eis o essencial dessas conclusões:

“Estou satisfeito e estou insatisfeito. É verdade que se envolveram centenas de parlamentares, milhares de activistas, ONGs, governos, organismos públicos, cidadãos e cidadãs, nesta campanha. Conseguí-se romper o silêncio, e sensibilizar a opinião pública. O número de denúncias, de processos, de condenações, não pára de crescer, não porque haja necessariamente mais violência, mas porque há mais consciência do problema, quer por parte das vítimas, quer por parte dos vizinhos, dos amigos, dos familiares.

Sob esse ponto de vista, a campanha tem sido um sucesso!

Mas estou insatisfeito porque, das respostas obtidas, e que representam 80% da população europeia (cerca de 640 milhões de habitantes), conclui-se:

a)- Apenas um país, o Canadá, consegue preencher todas as sete medidas de referência, em conjunto, e não é um Estado membro do Conselho da Europa;

b)- Ainda existem 34% de países que não consideram a violência doméstica como um crime;

c)- Ainda existem 55% de países que não consideram a violência entre cônjuges ou ex-cônjuges como uma circunstância agravante;

d)- Apenas 17% dos países dispõem de casas de abrigo em número



suficiente;

e)- Ainda existem 32% de países que não têm disposições legais para remoção de cônjuges violentos da habitação familiar;

f)- Apenas 57% dos países dispõem de planos de acção globais contra a Violência Doméstica;

g)- Apenas 9% dos países cumprem a alocação de um Euro por habitante ao combate à Violência Doméstica;

h)- Apenas 30% dos parlamentos fazem a monitorização da aplicação das leis relativas à Violência Doméstica, de forma regular, ou através de um Grupo de Trabalho, Subcomissão ou Comissão Parlamentar especializada;

i)- O chamado crime de “stalking” apenas está consagrado como tal na legislação de 43% dos países.”

A concluir, Mendes Bota afirmou: “A campanha pode acabar oficialmente em Junho próximo, mas o nosso trabalho como parlamentares está muito bem definido, e tem de continuar. Os homens têm que ser mobilizados para esta luta, pois são eles quem ocupa a maioria dos lugares de decisão, na política como na economia, no social e no religioso. Em cada parlamento tem que ser criado um grupo de homens parlamentares cometido a esta causa. Esta é uma batalha de longo prazo. Temos que ir preenchendo os vazios legais e operacionais. Temos que colocar de pé uma Convenção Europeia de Combate à Violência Doméstica Contra as Mulheres. Temos que contribuir com a nossa experiência, para a campanha agora lançada pelas Nações Unidas sobre este mesmo tema.

E permitam-me dizer, caros colegas, que esta não tem sido apenas uma missão que cumpro com prazer. É algo que todos nós, que muitas vezes consumimos uma parte preciosa do nosso tempo com dialécticas estereis, sentimos com esta causa que somos úteis a muitos milhões de mulheres e os seus filhos, que sofrem diariamente os abusos desta distorção da sociedade, chamada Violência Doméstica.”

– Gab. de JM Bota



Há 34 anos, com o PPD/PSD

Francisco Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Magalhães Mota fizeram nascer em Portugal a social-democracia

Passou ontem, dia 6 de Maio, o 34º aniversário da fundação do nosso Partido, o “Partido Social-democrata (PSD)”, que nasceu “Partido Popular Democrático (PPD)”, porque os fundadores – Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, – encontraram, na época, que era de proliferação de Partidos, um outro registo, de um Partido Cristão Social Democrata, que aliás, desapareceria pouco depois. Assim, só em 1977 o PPD teve possibilidade de retomar o nome que os seus fundadores desejavam: «PSD •Partido Social Democrata», embora a sigla «PPD» tenha sempre mantido uma mística especial, uma relação directa com as lutas, quantas vezes quase desesperadas, dos anos da fundação e da luta permanente para a conservação da liberdade, em face da nova ameaça totalitária que parecia querer substituir-se ao velho regime ditatorial.

A corrente social-democrata foi sempre a nossa principal corrente ideológica, desde a época da criação e somos, de raiz, um partido com uma identidade muito peculiar, criado para se adaptar à realidade portuguesa, fortemente moldado por Francisco Sá Carneiro, que embora tomando em consideração o pensamento social-democrata/reformista de teóricos da Europa nórdica e anglo-saxónica, concebeu um projecto de social-democracia adaptado à idiosincrasia de Portugal e à sua tradição histórica, apercebendo-se, de antemão, da ditadura de esquerda que, provavelmente, se iria instaurar em Portugal, num país que, na altura era extremamente vulnerável, porquanto sofria de enormes atrasos sociais, económicos e políticos.

O Partido Social-Democrata é, assim, um partido de ideologia social-democrata, de natureza reformista, personalista e com carácter não-confessional, e desde o início combateu o colectivismo económico e os movimentos totalitários marxistas, subsequentes à Revolução de 25 de Abril de 1974.

A intenção dos fundadores – conforme se infere dos seus livros, das suas intervenções públicas e dos artigos e editoriais publicados desde o primeiro número do “Povo Livre” – era instaurar em Portugal, a democracia liberal, parlamentar e representativa, o Estado Social de



Direito integrar Portugal na Comunidade Económica Europeia, combater – desde o princípio, mesmo sujeito às coerções do PREC – a colectivização, a supremacia militarista e o forte pendor socialista e populista da Constituição.

Para entendermos o que é hoje o nosso Partido, devemos recuar à sua génese e, mesmo antes do 25 de Abril, à Ala Liberal da Assembleia Nacional, composta por uma geração de políticos adeptos de uma forte liberalização do regime do Estado Novo. Coube a personalidades dominantes da Ala Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Mota Amaral, Joaquim Magalhães Mota, Miller Guerra, entre outros, expôs as fragilidades do regime, influenciando algumas decisões e rompendo com os cânones de uma linha mais dura e pouco flexível, que aos poucos foi acabando por ceder.

Um total de quase 30 deputados formou a “ala liberal” da futura Assembleia sendo Sá Carneiro um dos mais activos elementos do grupo: é neste ambiente que em parte, o nosso Partido tem a sua génese. Exemplos concretos das acções dos chamados “liberais” como fundamentais na transição da ditadura para Democracia Liberal, são entre outros, medidas

apresentadas quando do projecto de revisão constitucional em 1970. Dele já constavam a abolição da censura e a proclamação da liberdade de imprensa; a eliminação dos entraves administrativos à liberdade de associação; a extinção dos tribunais plenários, onde se fazia a paródia de julgamento dos presos políticos; a proibição das medidas de segurança sem termo certo, que, aplicada aos mesmos presos políticos, acabavam por se assemelhar à prisão perpétua; a limitação da prisão preventiva sem culpa formada a um prazo máximo de setenta e duas horas; a inclusão do direito ao trabalho e do direito à emigração na lista dos direitos fundamentais; o reforço dos poderes da Assembleia Nacional e a modernização dos seus métodos de trabalho; a restauração do sufrágio universal para a eleição do Presidente da República; a proibição do veto constitucional às leis de revisão constitucional.

Entre 1970 e 1971, o número de detenções por motivos políticos voltou a aumentar, e a violência e a ilegalidade dos métodos usados na instrução dos processos foram denunciadas por apoiantes dos presos e chegaram à Assembleia Nacional pela voz de Sá

Carneiro e de outros deputados “liberais”. O recuo no terreno das liberdades expressava uma clara travagem a nível político-institucional naquilo que a chamada Primavera Marcelista continha de promessa de renovação contínua do regime.

Contra isto se insurgiram os deputados da Ala Liberal, que apresentaram várias iniciativas legislativas ao longo do ano de 1972, mas que foram sucessivamente derrotadas pelos deputados “do regime”, de que se destacava Casal Ribeiro, cujas polémicas com Sá Carneiro ficaram célebres.

Após sucessivas desilusões, os deputados da Ala Liberal foram abandonando a Assembleia. Sá Carneiro foi o primeiro, em 1973, com a famosa expressão “É o fim!”, seguindo-se-lhe vários outros. Passaram à oposição (não-legal...), nomeadamente através de artigos publicados (quando a Censura os não mutilava ou destruíra) no semanário “Expresso”, entretanto fundado por Pinto Balsemão, em Janeiro de 1973.

E, em parte, o Partido Social-Democrata tem a sua génese no ambiente republicano da cidade do Porto, nas tertúlias políticas de resistência democrática. A cidade do

Porto foi sempre um baluarte dos social-democratas portugueses, embora a sua identidade política também tivesse o seu segundo pólo em Lisboa, nas ideias liberais do Prof. Adelino da Palma Carlos, que teve, no seu Governo (o I Governo Provisório, após o 25 de Abril), entre os seus ministros, Francisco Sá Carneiro, e sempre teve, entre os seus militantes e dirigentes, outros «republicanos históricos», como Mário Montalvão Machado.

Francisco Sá Carneiro durante vários anos combateu a ordem estabelecida após a revolução dos cravos, visto que queria o Governo e o Parlamento, e não o Conselho da Revolução e a Assembleia do Movimento das Forças Armadas, como órgãos de soberania.

Sá Carneiro venceu as legislativas de 1979 em coligação com o CDS de Diogo Freitas do Amaral e o PPM de Gonçalo Ribeiro Telles (a Aliança Democrática), mas o seu governo, como sempre o recordaremos, foi de curta duração: Sá Carneiro faleceu na noite de 4 de Dezembro de 1980, em circunstâncias trágicas, hoje quase unanimemente consideradas como um atentado, quando o avião no qual seguia se despenhou em Camarate (imediatamente após a descolagem do aeroporto de Lisboa), quando se dirigia ao Porto para participar num comício de apoio ao candidato presidencial da coligação, o General António Soares Carneiro, acompanhado pelo Ministro da Defesa, o democrata-cristão Adelino Amaro da Costa, bem como a sua companheira Snu Abecassis, para além de assessores, piloto e co-piloto.

Nesse mesmo dia, Sá Carneiro gravava uma mensagem de tempo de antena onde exortava ao voto no candidato apoiado pela AD, ameaçando mesmo demitir-se caso Soares Carneiro perdesse as eleições (o que viria de facto a suceder três dias mais tarde, sendo assim o General António Ramalho Eanes reeleito para o seu segundo mandato presidencial).

Nos anos seguintes o PSD é liderado por Francisco Pinto Balsemão (1981-1983), que assumiu o governo umas semanas após a morte de Sá Carneiro, Nuno Rodrigues dos Santos (1983-1984) e Carlos Mota Pinto (1984-1985), já na oposição.

Em 1985, num histórico congresso realizado na Figueira da Foz, Aníbal Cavaco Silva, que havia sido Ministro das Finanças do Governo de Sá Carneiro, venceu a corrida à liderança do partido, quando inicialmente nem sequer era candidato.

O PSD venceria as eleições legislativas de 1985, sem maioria absoluta. Os projectos do Governo necessitavam de equilíbrio com a terceira força parlamentar, o recém-criado Partido Renovador Democrático, inspirado pela figura política de Ramalho Eanes. Até 1987, o equilíbrio manteve-se, mas uma moção de censura, nesse último ano, fez cair o governo minoritário do PSD.

Convocadas eleições legislativas antecipadas, o PSD torna-se então o primeiro partido político português a atingir a maioria absoluta parlamentar após o 25 de Abril. Cavaco Silva viria a obter nova maioria absoluta nas legislativas de 19 de Julho de 1991 para mais quatro anos.

Cavaco sairia da liderança partidária em 1995, sendo então eleito para lhe suceder o então ministro da Defesa, Fernando Nogueira. Um fraco resultado nas legislativas de Outubro desse ano provocaria a sua demissão. Marcelo Rebelo de Sousa assume então a liderança, por um período de 3 anos, abandonando-a pelo fracasso da tentativa de estabelecer uma coligação com o CDS/PP.

Em 1999, Durão Barroso, que fora ministro de Cavaco Silva e que regressara a Portugal, após a conclusão dos seus estudos nos E.U.A., é eleito como seu sucessor. O PSD consegue várias vitórias, em especial nas autárquicas de Dezembro de 2001, o que provoca a demissão de António Guterres do cargo de primeiro-



ministro. Convocadas eleições antecipadas para Abril de 2002, o PSD vence, embora sem maioria absoluta, tendo de recorrer a uma coligação com o CDS-PP de Paulo Portas.

Em Junho e Julho de 2004 a crise na escolha de candidatos para a presidência da Comissão Europeia faz com que surja um convite a Durão Barroso para aceitar concorrer ao cargo. Durão pondera e decide apresentar a sua demissão de primeiro-ministro ao presidente da República, Jorge Sampaio, que convida o seu entretanto eleito sucessor na liderança partidária, Pedro Santana Lopes, para o cargo de líder do governo, o que

provoca a demissão do líder do Partido Socialista, Eduardo Ferro Rodrigues.

Abalado por crises e instabilidade provocadas por uma oposição sem tréguas e apoiadas pelo Presidente da República Jorge Sampaio, o governo Santana Lopes cai após apenas quatro meses (por dissolução da Assembleia da República, onde tinha uma maioria absoluta estável) por determinação do Chefe do Estado, que decidiu convocar eleições antecipadas para Fevereiro de 2005. Estas eleições legislativas de 2005 seriam ganhas pelo Partido Socialista, então recém-liderado por José Sócrates (curiosamente, um antigo militante do PSD).

O líder seguinte foi Luís Marques Mendes, eleito no congresso de Pombal, após Pedro Santana Lopes ter convocado um congresso extraordinário na sequência da derrota nas legislativas. Porém, Marques Mendes acabou sendo vencido por Luís Filipe Menezes em 28 de Setembro de 2007, nas primeiras eleições directas para a liderança do PSD.

E assim, com a demissão de Menezes, apresentada à Comissão Política e confirmada no Conselho Nacional de **23 de Abril, chegamos à actualidade, com eleições directas marcadas para 31 de Maio, e o XXXI Congresso a 6, 7 e 8 de Junho.**

A vitalidade e a força do nosso Partido, tantas vezes postas à prova desde a fundação e sempre superadas, vai mais uma vez afirmar-se. E esta força intrínseca do PSD de hoje, será sempre a do PSD de amanhã!

Como tantas vezes disse Sá Carneiro, «Maior que o PSD, só Portugal!» - Povo





Intervenção do Deputado Miguel Almeida na A.R. em 2 de Maio de 2008

O comércio, a prestação de serviços e o turismo desempenham um papel primordial no tecido económico português.

O contexto de forte competitividade mundial associado ao fenómeno da globalização determina a necessidade de desregulamentação e liberalização do comércio, nomeadamente, no tocante ao horário do funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.

O regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais fixados na legislação em vigor deixou já de responder a tal necessidade, não respondendo às necessidades das populações e à dinâmica do comércio.

Efectivamente a competência reservada ao Governo, por exemplo, para fixar os horários das grandes superfícies comerciais contínuas e que ditou o seu encerramento durante as tardes de domingos e feriados, entre Janeiro e Outubro, tornou-se já obsoleta e nalguns casos injusta.

Por outro lado, o regime de horário de funcionamento do comércio deve estar adaptado às diferentes realidades territoriais. Não se pode tratar de forma igual o que é diferente. O comércio é uma actividade que deve forçosamente desenvolver-se de forma diversa face aos interesses económicos específicos presentes em cada localidade. Os horários de funcionamento do comércio em vigor numa dada vila ou cidade raiana deverão, por exemplo, adaptar-se aos hábitos e horários dos consumidores espanhóis que a visitam, se for caso disso. Já os horários do comércio vigentes nas Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa ou Porto, pouco ou nada têm que ver com aquela realidade ou com as necessidades, de maior pendor sazonal, de comerciantes e consumidores do Algarve.

Afigura-se, pois, sensato desregulamentar, liberalizar e descentralizar nesta matéria transferindo para os órgãos municipais a competência para a definição, em concreto, dos horários de abertura de todos os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços.

Considera-mos que o livre funcionamento do comércio ao domingo e feriados irá beneficiar os consumidores e irá criar mais emprego. E em determinadas localidades estes postos de trabalho a mais representam muito.

Por outro lado, o PSD reconhece que o encerramento aos domingos e feriados é, em alguns casos, a única forma de defender a sustentabilidade e a viabilidade económica do comércio tradicional.

Mas os Municípios terão, nesta matéria, a última palavra. Pela proximidade e conhecimento directo da realidade reúnem todas as condições para melhor decidir no quadro da necessária conciliação de interesses económicos, sociais e culturais da comunidade que administram alargando ou restringindo os limites dos horários de funcionamento fixados na lei. As associações comerciais locais, que nunca se conseguem ouvir junto do poder central, ficam agora com um interlocutor mais próximo, que com certeza terá que as ouvir e levar em conta a sua opinião.



Restringir ou manter os limites dos horários de funcionamento, sem que a duração diária e semanal do horário de trabalho, estabelecida na lei, seja alterada. Esta está estabelecida na lei, em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho ou no contrato individual de trabalho, e continuará a ser religiosamente observada.

Quanto às críticas que alguns fazem, que a passagem desta responsabilidade para as autarquias é sinónimo de liberalização total dos horários e que as autarquias não resistiram às pressões dos grupos económicos que operam nesta área, quero aqui de forma muito veemente refutar essa crítica, que é um ataque, antes de mais à honorabilidade dos responsáveis autárquicos e depois uma visão distorcida do poder local, que eu não aceito.

O sentido e alcance do projecto de lei do PSD é pois alargar o horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços a todos os dias da semana, através dos respectivos municípios. Prevê-se que a definição dos períodos de abertura possa ser diferenciada no mesmo concelho, e a possibilidade de se manter a restrição nas tardes de domingos e feriados.

O projecto de lei do PSD nº 489 procede ainda à actualização do regime do Decreto-lei nº 48/96, de 15/05 no que respeita às contra-ordenações, aumentando os limites dos valores das coimas.

Carlos Coelho defende maior controlo de fronteiras e combate à imigração ilegal

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu a decorrer em Estrasburgo, teve lugar um debate Imigração Ilegal, Acção Externa da U.E. e FRONTEX que contou com a intervenção do Deputado europeu do PSD Carlos Coelho.

Na sua intervenção Carlos Coelho lembrou que “atravessamos uma crise de imigração irregular massiva que tem consequências para a segurança e a coesão de toda a Europa comunitária.”

Para Carlos Coelho, a imigração é “um fenómeno de enormes dimensões que, sobretudo num espaço sem fronteiras internas, obriga a uma abordagem europeia, com base nos princípios da solidariedade, da responsabilidade partilhada, confiança mútua e transparência.”

De seguida, o Deputado português defendeu a criação de um sistema europeu de vigilância das fronteiras externas - Eurosur - de forma a modernizar e interligar os sistemas de controlo de fronteiras dos Estados Membros, para aumentar a segurança interna da União, lutar contra a imigração ilegal (através da detecção e intercepção de pessoas que tentem entrar de forma ilegal na Europa, fora dos pontos normais de travessia de fronteiras), prevenir a criminalidade transfronteiriça e o terrorismo e reforçar a capacidade dos Estados Membros em operações de salvamento.

Segundo Carlos Coelho, os dados relativos ao ano de 2006, registaram a “chegada de cerca de 31.000 imigrantes ilegais às ilhas Canárias e 16.000 alcançaram a ilha de Lampedusa, através da Líbia, ao mesmo tempo que foram registados cerca de 1.200 mortos ou desaparecidos ao largo da costa espanhola e ilhas Canárias, estimando-se que o verdadeiro número se possa elevar a cerca de 6.000.”

O Deputado apoiou, igualmente, o papel central que a Agência FRONTEX deverá desempenhar no controlo e vigilância das fronteiras externas, afirmando que “à FRONTEX deverá caber facilitar e tornar mais eficaz a aplicação das disposições comunitárias actuais e futuras em matéria de gestão das fronteiras externas, assegurando a coordenação das acções dos Estados Membros e, nomeadamente, a assistência técnica e operacional a



prestar aos Estados Membros que o necessitem.”

No entanto alertou o Conselho e os Estados-Membros para que “estes objectivos só se concretizam se dotarmos esta agência dos recursos humanos e financeiros necessários o que até ao momento não é, infelizmente, nada evidente.”

Quanto ao sistema de entrada/saída, Carlos Coelho afirmou “creio que devemos ser mais prudentes. Preocupa-me este sucedâneo de propostas relativas à vigilância de indivíduos que se multiplicam a um ritmo alucinante.”

Na sua opinião, “não

conseguimos concluir o que já aprovámos e fazemos fugas para a frente sem cuidar de evitar eventuais sobreposição ou duplicação de funções, nem de avaliar o impacto que esses sistemas irão ter sobre os Direitos fundamentais dos indivíduos, nem de estabelecer as salvaguardas que se afigurem apropriadas.”

A terminar Carlos Coelho sugeriu que “em vez de propor novos mecanismos, a Comissão deveria estar empenhada em recuperar os atrasos detectados e em colocar em funções, tão cedo quanto possível, sistemas como o SIS-II e o VIS.”

Duarte Freitas propõe conjunto de medidas para combater a pesca ilegal (IUU)

A pesca ilícita, não declarada e não regulamentada, apesar de todas as iniciativas postas em prática a nível internacional, regional e comunitário constitui uma das mais sérias ameaças à sustentabilidade dos recursos haliéuticos.

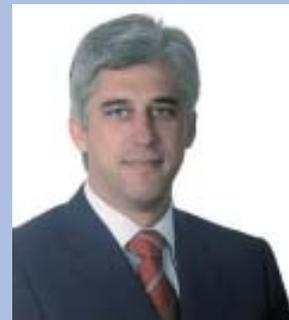
“Apesar de ter sido uma das prioridades da Presidência Portuguesa do Conselho, no 2º semestre de 2007, Portugal não conseguiu fechar este dossier que assim passou a ser, juntamente com um outro relativo à Preservação dos Ecossistemas de Profundidade, do qual sou aliás relator, a principal prioridade da actual presidência eslovena no domínio das Pescas”, referiu o Deputado Europeu Duarte Freitas.

Para o Duarte Freitas, “a pesca ilegal é uma prática que engloba actividades diversificadas que têm na base o objectivo comum de obtenção de vantagens económicas à custa do depauperamento dos recursos e de uma concorrência inaceitavelmente desleal relativamente aos operadores económicos que exercem a sua actividade de forma legal” devendo por isso der “combatida e neutralizada o mais rapidamente possível”.

O Deputado Social-Democrata saudou esta proposta de Regulamento da Comissão Europeia que, segundo o próprio, “reforça as medidas ao nível do controlo e vigilância e preconiza uma actuação ao nível dos mercados e um trabalho concertado com as Organizações Regionais de Pesca”.

Apesar de considerar a proposta legislativa da Comissão “equilibrada e consciente” Duarte Freitas propôs um conjunto de medidas que “pretendem melhorar e operacionalizar os objectivos da UE nesta matéria que, espero, possam vigorar no texto final do Conselho”.

Para Duarte Freitas, “O que está em causa é a opção por uma estratégia de desenvolvimento sustentável, a longo prazo, que garanta o futuro das pescas mundiais. Nesse sentido a abordagem tem que ser global, baseada na cooperação internacional e na acção de todos os Estados, incluindo Portugal, que podem desempenhar um papel relevante nesta matéria.”



A responsabilidade última pelo destino do PSD está agora com as Bases!

Alberto João Jardim (*)



Para que se saiba, eis o que eu disse no Conselho Nacional do Partido Social-Democrata:

“Não posso, responsabilmente, deixar de expressar a minha preocupação com a situação nacional do Partido que tem o mandato democrático de governar a Região Autónoma da Madeira, bem como todos os seus Municípios.

Todos sabem que fui dos primeiros a apoiar a solução Santana Lopes quando da imprescindível aceitação por Durão Barroso, da presidência da União Europeia.

E se o Pedro resolver avançar de novo, não me lhe oporei, antes, a manter-se este quadro fraccionado, terá o meu apoio.

Embora, com toda a franqueza, eu acho que, então, a hostilidade a Sampaio merecia ser concretizada nos termos constitucionalmente possíveis, quando do vergonhoso “golpe de Estado” constitucional que nos trouxe ao presente estado de coisas.

Todos sabem que, nas últimas eleições internas, não votei no Companheiro Luís Filipe Menezes.

Todos sabem que, no discurso que fiz no Congresso Nacional da sua posse, em tom de dúvida metódica exprimi-lhe a confiança de que seria ele próprio a assumir a ética da avaliação das suas possibilidades para Outubro de 2009, durante o primeiro trimestre desse ano.

Mas, a partir do momento em que o Dr. Filipe Menezes assumiu a presidência do Partido, ele pode confirmar a lealdade, a solidariedade e o respeito que lhe dediquei.

Não fiz mais do que o meu dever de militante.

O execrável, foi a oposição interna constante que, desde logo, lhe passou a ser movida organizadamente.

O execrável, foi ver, a pretexto dessa oposição, nomes do Partido até a elogiar Sócrates e a sua política desastrosa, aquilo em que em

linguagem técnica de Acção Psicológica, se os classifica de “idiotas úteis”.

O execrável, foi o narcisismo de alguns, satisfazer o respectivo ego, ao perorar dislates em programas de comunicação social. Autênticos marionetas da “esquerda”, ao se disporem a camuflar com o nome do PSD, programas onde de facto o Partido não tinha, nem tem voz.

Tudo isto com eleições à porta, onde temos de dar o tudo por tudo!

Tudo isto foi e é execrável. Discordar, sim, é legítimo. Facas nas costas, em benefício do adversário, tal é abominável!

Hoje, o Luís Filipe Menezes pode crer que ganhou uma amizade minha, para o futuro, para a vida, mais intensa e solidária do que há meses atrás. O que Lhe fizeram, não se faz! E até compreendo o desgaste legítimo a que chegou.

Seria imoral que o Partido beneficiasse os infractores!

Seria suicídio, o Partido julgar que os Portugueses têm memória curta em relação a actos governativos que então repudiaram.

A nada conduzirá, alguém se apresentar agora à liderança do Partido, em nome só de um dos grupos em que infelizmente estamos fraccionados.

A vitória em 2009 exige, passa, por um consenso responsável entre todos nós e com dignidade para todos.

O futuro dos Portugueses passa necessariamente por alterações governativas nacionais em 2009, pelo que é importante que o Partido Social Democrata encontre o rumo certo. Das onze maneiras seguintes:

1.º Até agora andámos a perder tempo com a fidelidade interessada de alguns, ao Sistema político-constitucional. O qual, este Sistema, não serve aos Portugueses.

2.º Agora, andamos a discutir pessoas, quando o essencial é discutir PROJECTOS.

3.º Quando o essencial, é o Partido Social Democrata saber se libertar da indicação, pela comunicação social de “esquerda”, dos candidatos a líderes nacionais que convêm a esta.

4.º Quando, neste momento, o Partido Social Democrata só pode ter um Projecto. Ganhar as eleições de 2009.

5.º Para ganhá-las, há que agarrar os temas que hoje mais afligem os Portugueses. Mas, apelando aos que trabalham nestes sectores, e não os hostilizando ou prejudicando.

Agarrar estes oito temas seguintes, e não perder mais tempo com questões laterais:

- a) a Educação
- b) a Saúde
- c) a Segurança de pessoas e bens
- d) o sistema de Justiça
- e) a questão dos impostos e a necessidade de mais investimento público sustentável e de mais investimento privado.

f) o combate ao capitalismo selvagem.

g) o Emprego e a defesa dos Direitos de Quem trabalha.

h) a recuperação económica da Classe Média e das Classes mais desfavorecidas.

6.º Tudo isto tratado através de um discurso mobilizador e popular, feito para atrair as grandes massas. Optar pelos comícios, em vez de os jantares só de família política.

Não vejo como mobilizador, um discurso que diga que não se deve descer os impostos!

7.º Explicar que, neste momento após trinta e quatro anos do necessário 25 de Abril de 1974, hoje a “esquerda” é o passado, nós somos o futuro. Basta ver o desastre que, desde há sessenta anos, vem sendo a “esquerda” na Europa e, desde há trinta anos, em Portugal.

8.º Contra-atacar forte e em público a comunicação social de “esquerda”, para aviso das populações e para obrigá-la a se focar contra nós.

9.º Reconstituir a Aliança Democrática, antes que se dê uma balcanização na nossa área do Centro, e também na área da Direita, com então uma fatal reformulação partidária destes espaços.

É tempo de quem preferir o “bloco central”, ou na sua indignância cultural se sentir de uma “esquerda” hipócrita, situacionista e nababa, nos deixar em paz definitivamente. Ou, então, sermos nós a abandonar o Partido, com lágrimas de saudade pelo projecto que, aqui, quisemos construir para os Portugueses.

10.º Ataque político feroz,

inteligente e sem o erro da pessoalização, contra o Primeiro-Ministro, explorando todas as asneiras e faltas no honrar de compromissos, tudo isto expressivamente já acumulado, deixando que seja o Senhor a perder a cabeça, como, por enquanto, habitual e previsível.

11.º Disciplina interna – o PSD funcionar como uma Armada, não tendo receio em marginalizar publicamente os que não ajudem neste Plano de Operações.

Se é inaceitável que, no Partido Social Democrata, haja quem defenda o Sistema por causa dos seus “interesses” pessoais, muito mais ridículo e inaceitável é a ideia derrotista de alguns fazerem as suas contas individuais de se posicionar para o post-2009, quando o PSD, face ao actual descalabro nacional, se encontra ainda em condições de ganhar 2009.

* * *

Esta é a minha obrigação de dizer o que penso, ao Partido e aos Portugueses.

Faço-o nos termos da própria Constituição da República e dos Estatutos nacionais do Partido Social-Democrata.

Faço-o, porque qualquer que seja a evolução na vida nacional e partidária, não dizer, nem propôr a tempo, colocarme-ia mal com a minha consciência.

Faço-o por Portugal, por tempos mais felizes para os Portugueses e por este Partido que ajudei a construir.

Como tenho o Direito e o Dever de não apoiar, nem representar, quaisquer facções internas. Não apoiar quem eu estou convicto que não ganhará as eleições de 2009.

Temos aí uns nomes mediáticos que nunca ganharam em 2009, mas que estão deslumbrados consigo próprios, só porque a comunicação social de “esquerda”, arditosamente, usa o nome deles para nos rastejar a todos.

A situação em que vamos sendo sistematicamente condicionados pela comunicação social de “esquerda”, sendo esta que vai escolhendo os nossos líderes, ronda um autêntico anedotário! /.../ Se /.../ persistem em ir para a frente, representarão, todos, sem excepção meras facções do partido.

Com o risco de fazerem o Partido implodir, na sequência das eleições internas. Não tenham ilusões!

E nisso eu não entro. Como não entro nisso de facções. Estou como o poeta: «Sei que não vou por aí»

A responsabilidade está do Vosso lado!”. – *Presidente da CPR/PSD-Madeira; Presidente do Governo Regional da Madeira*

Primeira edição do “Campeonato de Xadrez Inter-Escolas



I Campeonato de Xadrez Inter-Escolas por Equipas de Aveiro

Pavilhão da Escola EB 2,3 de Cacia

10 de Maio pelas 14h00

TORNEIO A 1º CICLO TORNEIO B 2º e 3º CICLO

<http://xadrezaveiro.no.sapo.pt>
email: pdxcmaveiro@gmail.com

Patrocínio: Caixa Geral de Depósitos

Apoios: Associação de Escolas de Aveiro, PIZZARTE, Diário Aveiro Regional, Aveiro

A Câmara Municipal realiza a primeira edição do “Campeonato de Xadrez Inter-Escolas, por Equipas, de Aveiro” no próximo dia 10 de Maio, pelas 14.00 horas, no Pavilhão da Escola EB 2,3 de Cacia.

Organizado pela Câmara através do Plano de Desenvolvimento de Xadrez, o evento conta com os apoios do Agrupamento de Escolas de Cacia, do Clube dos Galitos e da Associação de Xadrez de Aveiro. O campeonato será composto por dois torneios: A – para equipas / escolas do primeiro ciclo e o torneio B para equipas / escolas dos segundos e terceiros ciclos. Nos dois torneios será utilizado o sistema de encontro por equipas de quatro tabuleiros em sistema suíço de cinco sessões em partidas de 12 minutos para cada jogador.

A cerimónia de entrega dos prémios está prevista para as 17.30 horas.

No evento, estarão cerca de duas dezenas de jovens xadrezistas com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, em representação das escolas

do Concelho de Aveiro e de outras escolas convidadas.

Com a realização do Campeonato, prevê-se uma excelente tarde para estas crianças que vão ocupar a tarde de Sábado com uma actividade que exige concentração e melhora notavelmente a sua capacidade de raciocínio, o que se reflecte num melhor rendimento escolar.

Na base do projecto de Xadrez nas Escolas está uma intenção clara de desenvolvimento e incentivo à prática da modalidade no concelho aveirense. O Xadrez nas Escolas de Aveiro é utilizado como ferramenta didáctica/ pedagógica no desenvolvimento de várias aptidões dos alunos, incluindo o apoio a outras disciplinas no currículo de aprendizagem. Promove e contribui, igualmente, para uma prática desportiva saudável

A ocupação dos jovens aveirenses numa actividade desportiva deste género pode ser factor de grande contributo para um crescimento mais harmonioso. Tendo sido implementado inicialmente nas escolas do primeiro ciclo de Nariz e de Verba,

o PDX transformou-se imediatamente num sucesso. Nos anos seguintes, foi alargado a mais escolas do concelho.

Este ano lectivo de 2007/2008 estão abrangidos cerca de 500 alunos, com uma aula de Xadrez por semana de 60 minutos em horário curricular e repartidos por 10 escolas do primeiro Ciclo, são estas as escolas da Glória, Azurva, Requeixo, Eiról, Eixo, Oliveirinha, Vilarinho, Quintã do Loureiro, Cacia e Esgueira. Realça-se que este ano foi dado um grande passo com a remodelação do projecto, com o PDX a apoiar a criação de núcleos de Xadrez nas sedes dos agrupamentos das Escolas Básicas do segundo e terceiro Ciclos de Eixo, Cacia, Oliveirinha e João Afonso de Aveiro, permitindo aos jovens alunos terminando o primeiro Ciclo, ter continuidade da actividade em anos posteriores.

Outros estabelecimentos de ensino poderão vir a aderir ao projecto alargando o seu âmbito a toda a comunidade Aveirense, consolidando a sua parceria com várias instituições. A partir do próximo ano, o PDX pretende que sejam os agrupamentos a criar núcleos/clubes de Xadrez do desporto escolar e federado, permitindo assim a criação de mais clubes em Aveiro.

Troféu Nacional de Perícia Automóvel “Perícia Cidade de Aveiro 2008”

No Domingo, no Cais da Fonte Nova, na estrada paralela ao Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, e no percurso compreendido entre a rotunda junto ao campo de futebol até ao final da recta, realizou-se a terceira edição do Troféu Nacional de Perícia Automóvel “Perícia Cidade de Aveiro 2008”.

Organizado pelo “Slalom Clube de Portugal” com o apoio da Autarquia Aveirense, esta prova de Perícia Automóvel admitiu todas as viaturas ligeiras transformadas ou não, divididas em três grupos: Grupo 1 – viaturas Mini ou com Motor Mini tracção à frente; Grupo 2 – viaturas Não/Mini de tracção à frente; e Grupo 3 – viaturas de tracção trasceira.

Para a realização deste evento, foi necessário proceder à interrupção de trânsito no dia 4 de Maio, das 8.00 às 20.00 horas.

Exposição “Pela Saúde – 10 anos em rede”

No próximo dia 9 de Maio vai realizar-se a Exposição “Pela Saúde –

10 anos em rede” e da Campanha “Atenção à sua Tensão”.

A Exposição “Pela Saúde – 10 anos em rede” estará patente no Teatro Aveirense de 9 a 18 de Maio. Trata-se de uma mostra composta por 19 telas alusivas ao trabalho desenvolvido pelos Municípios da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis ao longo de 10 anos de associativismo. Aveiro é, actualmente, o município mais recente na Rede, tendo aderido em Outubro do ano passado.

Em parceria com a Associação de Hipertensos de Portugal, a Câmara Municipal através do Projecto Aveiro Saudável pretende sensibilizar e alertar a população em geral para a problemática da Hipertensão Arterial que atinge 46 por cento da população adulta (cerca de quatro milhões de Portugueses).

A campanha terá ainda como objectivo fomentar o esclarecimento dos hipertensos melhorando a adesão ao tratamento e promovendo a adopção de comportamentos mais saudáveis. Os factores de risco, alvo de avaliação para determinar o Risco Cardiovascular, serão: pressão arterial; glicemia, colesterol, perímetro abdominal, índice de massa corporal e tabaco. Assim, no dia 9 de Maio, das 9.00 às 18.00 horas, realizar-se-á na Praça Joaquim Melo Freitas, a Campanha “Atenção à sua Tensão”.

Ambas as actividades surgem no âmbito do Projecto Municipal Aveiro Saudável que tem como objectivos gerais promover a elaboração do Perfil de Saúde do Município de Aveiro; colaborar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Municipal de Saúde, a criação de um Gabinete Municipal de Saúde que assegure o exercício das actuais e futuras atribuições e competências municipais, o planeamento e coordenação das actividades inerentes à saúde e o desenvolvimento de planos nas áreas de toxicodependências, de combate a doenças infecto-contagiosas e prevenção do tabagismo.

Promover o cumprimento das obrigações decorrentes da adesão à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, a implementação das políticas e programas municipais definidos pela Saúde e o envolvimento de todos os parceiros institucionais e não institucionais numa participação activa na promoção da saúde dos municípios e de estilos de vida saudável, são outros dos pressupostos do projecto.

– Gab. Imp. CM-Aveiro

Notícias de Braga

Arroz amargo – uma reflexão sobre preços de alimentos e sua escassez

Imagine que pousa o jornal, se dirige a um supermercado para fazer as suas compras e que não lhe permitam adquirir mais do que um certo número de quilos de arroz.

Estará a ser alvo de um “apanhado televisivo”? Terá entrado sem querer num filme de ficção científica sobre um futuro distante, pós-apocalíptico?

Se, todavia, for cliente das americanas Costco Wholesale Corp. ou Sam's Club (do Grupo Wal-Mart) ou da britânica Tilda, esta é uma situação possível de se ter verificado desde a semana passada, altura em que estas cadeias de distribuição decidiram racionar a venda de arroz aos seus clientes.

Na base de tão surpreendente quanto drástica decisão está um conjunto de factores extremamente graves, que alicerçam uma das maiores crises alimentares que a humanidade enfrentou nos tempos modernos, com consequências que se poderão vir ainda a amplificar no tempo.

Como em qualquer mercado, este tipo de decisão “administrativa” de restrição da oferta só pode ser explicado num contexto de grande desequilíbrio entre as duas forças em contenda, ou por escassez de oferta ou por excesso de procura.

Antes mesmo de tal medida, é óbvio que o mercado tenderia a ajustar-se por si, via subidas do preço do bem, o que veio efectivamente a acontecer pese embora a delicadeza “social” do produto em questão.

Na verdade, ao longo do último ano, os preços do arroz nos principais mercados internacionais registaram subidas exponenciais, em linha com o que sucedeu com vários outros cereais, por motivos de natureza similar.

O que deu então origem a tão inusitado fenómeno?

Mais do que um aumento de procura por via do crescimento da população mundial ou de uma redução da oferta em resultado de uma diminuição da capacidade produtiva (em resultado, por exemplo, de condições climáticas adversas) – que têm também ocorrido –, o principal factor explicativo reside na utilização alternativa destes produtos, nomeadamente para a produção de combustíveis.

De facto, à medida que o preço do petróleo tem também registado crescimentos incontidos nos mercados mundiais, a generalidade dos países que pagam elevadas facturas energéticas e que dispõem deste tipo de recursos, tem optado pelo uso alternativo destas matérias-primas para a obtenção de bio-combustíveis.

A conjugação de cada um destes contributos deu assim origem ao actual estado de coisas, para o qual parece não haver solução à vista.

Em resultado desta evolução recente, muitos países decidiram limitar o seu volume de exportações, de forma a assegurar a alimentação das suas populações e a dispor de recursos para a produção dos referidos combustíveis.

Tal opção vem agravar ainda mais a pressão inflacionista sobre o preço destes bens e estimulou a ocorrência de práticas de açambarcamento por parte dos consumidores em certos países desenvolvidos, que agora se pretendem combater com medidas como o referido racionamento das vendas.

Para agravar a situação, a subida dos preços dos cereais terá várias repercussões em outros bens alimentares, aumentando ainda mais a pressão sobre a inflação nos países



desenvolvidos.

Por sua vez, nas economias mais débeis do Planeta, este cumular de factos pode também dar origem a diversas situações perniciosas, desde a incapacidade de satisfazer a crescente procura de franjas da população que começam a ter acesso a maiores níveis de rendimento, até à própria impossibilidade de assegurar níveis mínimos de alimentação ao conjunto da população mais carenciada, com o que tais situações podem representar ao nível da instabilidade social e política dessas Nações.

Ao longo dos anos mais recentes, foram já várias as incidências de motins por força da dificuldade de acesso a bens alimentares ou de contestação com a evidente escalada dos preços, da América Latina a África, a vários países orientais ou do Pacífico.

Em plena Europa, os italianos fizeram em 13 de Setembro de 2007 uma “greve à pasta”, em resposta a eventuais movimentos especulativos no preço deste produto.

No conjunto desta realidade, há inúmeras questões que permanecem sem uma resposta clara, dando indicações contraditórias sobre a evolução futura destes mercados: será mesmo economicamente eficiente o recurso a estes cereais na produção de combustíveis? Poderá aceitar-se o recurso a alimentos geneticamente modificados para compensar o défice de oferta mundial? Será este o tempo de voltar a apostar no sector primário?

Como parece claro, Portugal não passará incólume a esta crise, faltando apenas apurar qual a repercussão concreta e o timing da mesma e as medidas que o Governo irá tomar. – **Ricardo Rio, Economista, Presidente da CPS/PSD-Braga**

Plenário Concelhio do PSD de Braga analisa situação política

A Secção de Braga do PSD reuniu em Plenário Concelhio na Quarta-feira, no Hotel Turismo, em Braga.

Da agenda desta reunião constavam o Período de Informações reservado à Comissão Política de Secção, a apreciação das Contas de 2007 e do Orçamento para 2008, a Análise da Situação Política Local e a Análise da Situação Política Nacional.

O período de informações foi novamente aproveitado pelo Presidente da Comissão Política Concelhia (CPS-PSD), Ricardo Rio, para dar conta, entre outras iniciativas, dos últimos passos do projecto de reconstrução da Sede Concelhia, cuja reabertura terá lugar antes do Verão.

No ponto de Análise da Situação Política Local, além de se promover a auscultação dos Militantes da Secção sobre as matérias mais candentes da Gestão Municipal e as iniciativas que estes entendem deverão ser implementadas pela CPS-PSD de Braga, foi também efectuado o balanço pelos líderes dos Autarcas do Partido na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Braga do trabalho desenvolvido pelas suas equipas ao longo dos últimos meses.

A agenda desta reunião foi, porém, dominada pela actual situação interna do Partido e pelo processo eleitoral em curso, aproveitando a CPS-PSD de Braga para transmitir em primeira mão aos Militantes desta Secção as linhas orientadoras da sua conduta neste processo.

O Plenário de Secção foi aberto a todos os Militantes e Simpatizantes do Partido Social-Democrata.

Partido unido e convicto da vitória em 2009 em Braga. A disputa interna não interfere com o principal objectivo e revela elevação e maturidade democrática da Secção

O Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Braga, Ricardo Rio, garantiu durante o Plenário Concelhio que as eleições internas para a liderança do PSD não o vão fazer desviar do seu principal objectivo -



vencer as eleições autárquicas marcadas para 2009.

Ricardo Rio destacou a credibilidade e confiança que o projecto “Juntos por Braga” tem vindo a conquistar junto da população Bracarense por ir directamente ao encontro das suas necessidades, nomeadamente nas áreas do ambiente, cultura, juventude e criação de emprego. “Vale a pena confiarem no nosso projecto”, assegurou Rio, que revelou ainda que segundo os indicadores de que dispõe, “se as eleições autárquicas se realizassem agora, a Coligação “Juntos por Braga” sairia vencedora”.

O clima de optimismo é reforçado pelos sinais de desânimo que chegam do interior do Partido Socialista, incapaz de conseguir o envolvimento da comunidade em decisões importantes para o Concelho e demonstrando até a triste ciumeira que o famigerado comunicado da Autarquia sobre o Dia da UniverCidade revelava.

Pese embora alguns invocassem mesmo a dúvida sobre a possível recandidatura de Mesquita Machado, Ricardo Rio acredita que o actual Presidente da Câmara não faltará à contenda eleitoral, “pela obstinação pessoal de Mesquita Machado, pela vontade algo cega de uma disputa com quem lidera o projecto alternativo e pela lógica partidária que resulta de, em mais de três décadas, Mesquita Machado não ter feito vingar alternativas à sua volta”.

As numerosas críticas à gestão do município bracarense e aos projectos megalómanos dos autarcas socialistas foram confirmadas pelas muitas intervenções dos cerca de 150 militantes presentes, centradas sobre as fragilidades no âmbito da educação, cultura e segurança.

Foram ouvidas críticas sobre a pobreza da programação do Teatro Circo, ao ponto de um dos participantes afirmar sentir “vergonha do que se passa em Braga” quando comparado com o que se passa em Guimarães e em Famalicão.

Um dos oradores afirmou que “em Guimarães toda a gente sabe quem e a Vereadora da Cultura”, numa alusão ao escasso trabalho e nula visibilidade do pelouro da cultura da Câmara Municipal de Braga.

Para outro interventor no debate, “as escolas em Braga estão ao abandono”, dando como exemplo a localização do Centro Escolar de Lamações. Sobre esta questão, Ricardo Rio informou que a actual Junta de Freguesia defendeu que o novo Centro Escolar deveria ficar localizado junto da Escola EB23 e que a Câmara Municipal terá optado por um espaço engavetado entre prédios e com um único acesso actual e futuro. Informou, ainda, que, na próxima reunião do Executivo Municipal, a Coligação iria submeter uma proposta de criação de um Observatório Municipal dos Recreios Escolares, de forma a estimular hábitos de vida saudáveis e um clima amigável que não incite à violência escolar.

Sobre a cultura, o líder da oposição em Braga afirmou que em Guimarães existe um grande envolvimento da Câmara Municipal e um adequado modelo de gestão. Em Braga, pelo contrário, assistimos “à “política do faz de conta” da CMB que, depois de ter investido avultadas verbas na recuperação do equipamento, não acautelou os meios e condições necessárias para uma boa gestão daquele espaço cultural”. Denunciou, também, a política do Governo socialista que, contra o seu próprio programa, não investe um cêntimo na cultura fora de Lisboa ou Porto.

Por sua vez, nos mais diversos domínios, o PSD apresenta propostas claras e inovadoras e as forças da região vêem finalmente uma alternativa sólida ao marasmo e incompetência Socialista. Por conseguinte, Rio acredita que o PSD tem condições para ganhar um largo número de freguesias e afirmou já ter sido mesmo abordado por autarcas de outras forças políticas que apoiam o seu projecto.

“Temos de estar preparados para os actos de desespero típicos das quedas dos impérios”, afirmou Rio, num aviso às suas “tropas” para as dificuldades que vão encontrar durante o percurso até às eleições.

Ricardo Rio afirmou que «não estamos contra ninguém. Estamos por Braga. Com todos os que querem fazer de Braga uma cidade e um concelho mais desenvolvido e com melhor qualidade de vida para os cidadãos».

A nível nacional: Comissão Política Concelhia do PSD de Braga não apoia formalmente nenhum candidato.

Ricardo Rio deu a conhecer aos presentes que a Comissão Política Concelhia decidiu não tomar posição formal em prol de nenhum candidato. No entanto, referiu, essa postura de neutralidade não inibirá a Comissão Política de convidar todos os candidatos para que venham a Braga apresentar as suas ideias e propostas a todos os militantes.

Ricardo Rio aproveitou a oportunidade para apelar à participação maciça de todos os militantes nas eleições directas, e comprometeu-se a liderar uma candidatura de delegados que representarão a Secção de Braga no Congresso a ocorrer em Guimarães.

A título pessoal, Ricardo Rio, depois de passar em revista um pouco da história recente do Partido, enfatizou a perda de credibilidade e a adesão à sociedade civil como os principais problemas da actualidade.

Referiu, a propósito, que as eleições são uma excelente oportunidade para o PSD mudar de rumo, qualquer que seja o vencedor. Embora considere as candidaturas de Pedro Passos Coelho e da Manuela Ferreira Leite as que o deixam mais tranquilo em relação do destino do Partido Social-Democrata, o líder do PSD de Braga expressou o seu apoio à anterior Ministra das Finanças.

João Granja – o líder da bancada do PSD na Assembleia Municipal – exortou os militantes a uma reflexão serena, por considerar ser este o tempo

de se equacionar o caminho que queremos trilhar.

Tal como aconteceu na totalidade das intervenções produzidas, João Granja alertou os presentes para que este debate nacional deverá ser utilizado no reforço de credibilidade do PSD, para que Ricardo Rio seja o Presidente da Câmara Municipal de Braga em 2009.

Sente-se um perfume de mudança em Braga

Por seu turno, António Marques, apelou à unidade em torno da Comissão Política e do seu Presidente Ricardo Rio, para que o excelente trabalho de oposição que tem sido desenvolvido tenha como corolário a conquista da Câmara Municipal.

Referiu que se sente um perfume de mudança em Braga. E que se deveria acautelar que, sem a credibilização do PSD a nível nacional, as eleições legislativas prejudiquem o notável caminho de Ricardo Rio na caminhada para a Câmara Municipal.

A finalizar a sua intervenção, António Marques considerou de vergonhosos os vetos que a comunicação social tem feito às propostas da Coligação «Juntos por Braga».

Obras da Sede em fase conclusiva

No ponto inicial de Informações, o Presidente da CPS-PSD deu conta de vários aspectos relativos ao funcionamento interno do Partido, e aproveitou para fazer um ponto da situação relativamente às obras de reconstrução da Sede de Concelhia.

O Presidente da Concelhia do PSD de Braga exortou os militantes a colaborar na conclusão de um projecto que em muito vai orgulhar o PSD de Braga e facultar a todas as estruturas do Partido melhores condições de trabalho.

De seguida, Ricardo Rio informou os presentes sobre as iniciativas que a Comissão Política pretende levar a cabo nos próximos dois meses: debates sobre política nacional e local, aprofundamento do trabalho nas freguesias, nomeadamente através da auscultação das instituições e colectividades e evocação do aniversário do PSD num jantar em que se pretende homenagear os militantes mais antigos (que se inscreveram nos anos de 1974 e 1975) e que, desde a primeira hora, deram o melhor de si ao PSD e à democracia portuguesa.

Seguiu-se a apreciação das contas de 2007 e do orçamento para 2008, instrumentos de gestão que foram aprovadas que por unanimidade.

Em resumo, o plenário de secção do PSD Braga sinalizou um Partido com energia, dinamismo e a transbordar confiança para alcançar os objectivos a que se propôs. – CPS/PSD-Braga

Uma reflexão séria: “Faites vos jeux”!...

Os utentes da “ciclovia” (?) Bracarense da Variante da Encosta, entre Fraião e Lamações, ficaram a saber na passada semana que vão ter em breve mais uma interrupção no percurso por força da entrada (e da saída) para o projecto imobiliário que está a ser edificado no terreno fronteiriço ao Media Markt.

Segundo números officiosos, esta será a 30ª interrupção no sentido Lamações-Fraião (considerando duas por cada cruzamento com separador central, como acontece nas rotundas e no acesso à Makro).

Este novo acesso alarga ainda mais a vantagem em número de “interrupções” para o percurso contrário, que conta todavia com um número próximo das 23 quebras, entre rampas de garagens, saídas de caminhos e cruzamentos.

De um e outro lado, estes números incluem também as várias baías de estacionamento existentes, que incrementam ainda mais as ameaças para os ciclistas.

Atendendo ao vasto terreno edificável que ainda subsiste em envolvente dos percursos da ciclovia, façam pois as vossas apostas quanto ao número final de interrupções que constarão desta “retalhada e radical ciclovia...” - *Do nosso Correspondente*



Notícias de Portimão

Comunicado do Vereador do PSD esclarece composição dos órgãos sociais, remunerações e encargos com as Sociedades Anónimas de iniciativa municipal.

Quanto custa uma S.A.?

A 19 de Março de 2008 foi solicitado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Portimão, através de requerimento, informação sobre a composição dos órgãos sociais, remunerações e encargos da Câmara Municipal de Portimão relativamente às Sociedades Anónimas de iniciativa municipal, nomeadamente RioAdentro, S.A; Expoarade Estrutura, S.A; MMP, SA; Eventos do Arade S.A .

Por considerar que a informação que foi transmitida como resposta ao requerimento que apresentei deve ser do domínio público, apresento de seguida a composição dos Órgãos Sociais das Empresas Sociedade Anónima de iniciativa municipal, bem como as despesas anuais com vencimentos dos órgãos sociais:

Expo Arade – Estrutura, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: Luís Miguel Piscarreta Ricardo
Administrador Delegado: Jaime Carlos Duarte Dias Cordeiro

Vogal do Conselho de Administração: Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida

Vogal do Conselho de Administração: Carlos José da Silva Manique

Vogal do Conselho de Administração: Fernando Jorge de Carvalho Amaral

Despesas anuais com vencimentos dos órgãos sociais: 45.357,28 €

Eventos do Arade, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: Luís Miguel Piscarreta Ricardo
Administrador Delegado: Marcos Manuel de Carvalho Pereira

Vogal do Conselho de Administração: Cândido Gonçalves Rodam

Despesas anuais com vencimentos dos órgãos sociais: 45.357,28 €

Rio Adentro, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: Luís Miguel de Carvalho Carito
Administrador Delegado: João Carlos Pinhota Martins Santana

Vogal do Conselho de Administração: António José Veloso dos Santos

Vogal do Conselho de Administração: Manuel Agostinho da Costa Ferreira

Dias



Vogal do Conselho de Administração: Manuel Nuno Miguel Soares de Almeida

Despesas anuais com vencimentos dos órgãos sociais: Por deliberar

MMP, Mercado Municipal, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: Manuel António da Luz
Administrador Delegado: Renato Dias Mendes

Vogal do Conselho de Administração: Luís Manuel de Carvalho Carito

Despesas anuais com vencimentos dos órgãos sociais: 45.357,28

* * *

Apesar da informação que foi prestada ser insuficiente, permite retirar algumas conclusões. Tomemos por exemplo a Expo Arade, Estrutura S.A, empresa cujo objectivo é exclusivamente financiar um empréstimo que suporta a construção do Pavilhão Arena; esta apresenta para o ano de 2008 uma previsão de despesas anuais com vencimentos dos órgãos sociais no valor de 45.357,28 €. Considerando que a Câmara Municipal de Portimão assumiu os encargos financeiros desta S.A por 20 anos, isto significa que só em remunerações dos órgãos sociais esta empresa custará aos cofres municipais cerca de um milhão de euros, ou seja, a Câmara Municipal de Portimão pagará através de contrato-programa os encargos relativos ao empréstimo, ao juro e em cima paga um milhão de euros de remunerações a um conselho de administração cuja única actividade será assinar uns documentos de vez em quando, uma vez que a própria empresa em si não tem actividade conhecida.

Relativamente aos encargos assumidos através de contrato-programa, apesar de não me ter sido dada resposta de forma minimamente aceitável, é possível apurar através de outros documentos, nomeadamente do parecer do revisor oficial de contas os seguintes valores: ExpoArade, Estrutura S.A: 28.000.000,00 €; MMP, SA 52.000.000,00 €. Faltará ainda acrescentar os 90.000.000,00 € que estão previstos relativos à empresa Rio Adentro SA. Não me foi possível apurar o montante envolvido na Eventos do Arade S.A.

- Pedro Miguel M B Martins, Vereador PSD



PSD/Algarve, no lançamento do concurso para a construção do Hospital Central critica atraso da obra, que está «submetida a calendário eleitoralista»



O PSD/Algarve congratulou-se hoje com o lançamento do concurso público para a construção do Hospital Central do Algarve, mas criticou o atraso de uma obra que diz estar submetida a um “calendário eleitoralista”.

Em comunicado, o líder do PSD/Algarve condena ainda a “curta ambição” e “falta de visão” do projecto, cujo concurso público foi lançado hoje no Algarve pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e pela ministra da Saúde, Ana Jorge.

A obra deverá arrancar no próximo ano, data que de acordo com o PSD é “eleitoralmente conveniente”, para estar concluída em 2012, prevendo-se que o hospital entre em pleno funcionamento em 2013.

“Foram três anos a marcar passo, a estudar uma prioridade que se afirmava indiscutível, enquanto os cuidados de saúde dos Algarvios se degradaram”, observam os sociais-democratas.

O concurso público para a construção do hospital foi há 3 dias lançado, no terreno onde ficará instalado, frente ao Estádio Algarve, no complexo do Parque das Cidades, entre Faro e Loulé.

A obra deverá custar 250 milhões de euros e será construída ao abrigo de uma parceria público-privada, que prevê uma concessão de trinta anos.

Segundo o PSD, que considera que o modelo público-privado assume “contornos indefinidos”, o Hospital Central do Algarve vai começar a ser construído “quando poderia estar a ser inaugurado”.

“Até às eleições, ainda assistiremos ao episódio da primeira pedra, e outros mais, conforme se pode depreender do discurso do primeiro-ministro, que parece ter iniciado hoje a sua campanha eleitoral no Algarve”, criticou.

Por outro lado, dizem, fundamentando-se em estatísticas, que as 574 camas previstas para o novo hospital (das quais 483 para internamento convencional) “vão manter a Região com um défice preocupante de camas hospitalares”.

Hospital Central do Algarve: Atrasado no tempo, curto na ambição

Em comunicado: O PSD/Algarve **congratula-se** com o lançamento do concurso público para a construção do Hospital Central do Algarve. Todavia, não pode deixar de referir **quatro aspectos** desta obra fundamental para os Algarvios e para a Região:

- 1- O atraso no lançamento da obra, submetida a um **calendário eleitoralista**;
- 2- A **ambição curta** e a falta de visão do projecto e das suas capacidades;
- 3- O **ignorar do ensino universitário**, e do tão ambicionado Curso de Medicina;
- 4- Os **contornos indefinidos do financiamento** e do modelo de parceria público-privada;

Primeiro. Será bom recordar que o Partido Socialista prometeu a construção deste equipamento, nas eleições de 2005, para os “*quatro anos que estão à nossa frente*”. Lançado agora o concurso público, a obra só começará em 2009, eleitoralmente conveniente. A mesma frase, a mesma promessa, serão repetidas. Foram três anos a marcar passo, a estudar uma prioridade que se afirmava indiscutível, enquanto os cuidados de saúde dos Algarvios se degradaram, principalmente nas Urgências Hospitalares.

Ou seja. **O Hospital Central do Algarve vai começar a ser construído, quando poderia estar a ser inaugurado.** Hoje tivemos a sessão de propagação do anúncio do concurso. Até às eleições, ainda assistiremos ao episódio da primeira pedra, e outros mais, conforme se pode depreender do discurso do Primeiro Ministro, que parece ter iniciado hoje a sua campanha eleitoral no Algarve.

Segundo. As 574 camas previstas para o Hospital Central do Algarve, das quais apenas 483 para internamento convencional, vão manter a Região com um **defíce preocupante de camas hospitalares**. Não é o PSD/Algarve quem o diz. Afirmam-no os Médicos e outros Profissionais, confirmam-no as estatísticas nacionais e internacionais, afirmava-o o próprio PS em 2005.

O encerramento do actual Hospital “Central” de Faro, e a sua transformação em Unidade de Cuidados Continuados e Lar Residencial para idosos, e a criação de apenas 574 camas no Hospital Central do Algarve, vão manter a Região mais turística de Portugal **muito longe da média europeia e nacional** no que diz respeito ao número de camas por 1000 habitantes. Quanto à capacidade de internamento, este concurso deveria ser mais ambicioso e mais adequado às reais necessidades.

Outra questão reveladora de falta de visão e de ambição são as valências do futuro Hospital. Numa Região que continua a ser periférica, nas distâncias e nas vias de comunicação, **seriam necessárias respostas** mais alargadas: um **Serviço de Cirurgia Cardio-Torácica**, um **Serviço de Cardiologia Pediátrica**, um **Hospital de Dia Pediátrico** ou uma **Unidade de Queimados**.

Terceiro. Esta falta de ambição também se reflecte em duas dimensões fulcrais para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para aumentar a capacidade de atracção de profissionais qualificados para a Região: **estão ausentes a vertente da Investigação**, de forma estruturada e como aposta de fundo, bem como **a vertente do Ensino, particularmente do Ensino de Medicina**. Criar uma nova estrutura, que se pretende dê resposta imediata às necessidades de cuidados hospitalares de residentes e visitantes, mas não lhe dar de imediato essa dimensão Universitária e de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico no campo da Medicina é um erro estratégico, que demonstra uma visão “pequenina” do Futuro.

A simples aquisição de equipamento de ponta apresentado como a última maravilha da tecnologia (algum do qual já existe no sector privado algarvio), não garante, por si só, esta dimensão da Investigação Científica.

Quarto. Ainda **está por entender este novo “modelo”** que o Governo anunciou querer implementar para a construção deste e doutros Hospitais. Numa parceria, há uma troca e partilha de interesses. Numa parceria, como as que têm sido defendidas pelo PSD, e por uma parte do PS diga-se, o sector privado investe, constrói, equipa e, como contrapartida, gere durante um horizonte temporal limitado. Assim, o Estado aumenta a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde, com custos reduzidos, disponibilizando aos utentes do SNS novas e melhores soluções.

Agora, esta “parceria” em que o **privado constrói e gere durante 30 anos equipamentos e infra-estruturas de apoio, separadamente da gestão clínica** que fica a cargo do Estado, parece comportar mais riscos do que benefícios.

As infra-estruturas de apoio, como a alimentação, lavandaria ou esterilização, não são independentes da gestão clínica, e não fica claro, na salvaguarda do interesse dos doentes, quem assumirá a gestão integrada do funcionamento da unidade hospitalar.

O PSD/Algarve congratula-se com o lançamento do concurso. Mas não pode deixar de manifestar preocupação com as incoerências, as falhas, os atrasos e os lapsos do mesmo. – CPD/PSD-Algarve

Notícias dos Açores

Em Vila Nova do Corvo, Costa Neves defende ampliação do porto da Casa

O líder do PSD/Açores defendeu terça-feira a ampliação do porto da Casa, no Corvo, para fazer face ao aumento do número de embarcações de pesca na ilha.

“É preciso começar a pensar no alargamento do porto da casa, nomeadamente em relação à sua área de estacionamento, já que esta é essencial, até para comodidade das pessoas que desenvolvem essa actividade [da pesca]. Justifica-se também encarar outras possibilidades em termos de estrutura portuária”, afirmou Costa Neves, no encerramento da convenção autárquica da ilha do Corvo.

O líder social-democrata salientou, igualmente, que “é perfeitamente possível” que o avião que serve a ilha tenha capacidade de carga suficiente para exportar peixe via aérea a partir do Corvo.

No sector da agricultura, o presidente do PSD/Açores considerou que é necessário “esclarecer de uma vez por todas o que passa com a queijaria” local, que actualmente se encontra encerrada.

Segundo Costa Neves, o queijo do Corvo representa uma “forma de promoção” da ilha e uma “fonte de rendimento” para os lavradores corvinsos.

“Sabemos que o governo regional dá um apoio à queijaria do Corvo que, comparado com os apoios que atribui noutras ilhas, é uma gota de água no oceano. Portanto, é mais fácil resolver este problema no Corvo”, garantiu.

Falando perante os autarcas social-democrata corvinsos, o presidente do PSD/Açores referiu, ainda, que o ensino secundário só ainda não existe na ilha “por falta de vontade” do governo regional.

Costa Neves lamentou, também, que o lar de idosos do Corvo, inaugurado há cerca de três anos, permaneça encerrado, uma situação

para que alertou em Junho do ano passado.

“Já passaram dez meses e continua fechado”, recordou.

António Ventura pede informações sobre a ausência de avanço na Certificação dos Produtos

O PSD/Açores pediu informações ao Governo Regional sobre o ponto de situação da resolução da assembleia legislativa nº 10/2005/A, documento que preconiza a discriminação por produto, visando o reconhecimento e a qualificação de bens de consumo exclusivamente açorianos.

Um requerimento conjunto da bancada laranja recorda que os social-democratas apresentaram ao plenário, em Outubro de 2005, um projecto de resolução que recomendava ao executivo um pedido de reconhecimento à comissão europeia para a qualificação de produtos açorianos, em Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), tais como “o leite dos Açores, o chá de São Miguel, a meloa, o alho e o queijo da Graciosa, a meloa de Santa Maria e a banana dos Açores”.

Considerando que a iniciativa foi aprovada por unanimidade “há mais de ano e meio”, o deputado do PSD António Ventura lamenta que “nenhum dos produtos mencionados para certificação esteja em forma de candidatura em Bruxelas”. Para o parlamentar a produção tradicional de uma região representa “um património sócio-económico com elevado potencial de desenvolvimento”, o que actualmente constitui “uma vantagem comparativa e competitiva”, acrescenta.

Os social-democratas não compreendem a “inércia” da tutela neste particular, sabendo-se também que a referida acção iria implementar



“a diversificação agrícola e disponibilizar aos consumidores produtos de qualidade ímpar”. Segundo o requerimento enviado à assembleia açoriana, a qualificação de produtos históricos permite “uma estratégia de viabilização para a agricultura regional”, dando azo a uma aplicação activa “da riqueza dos nossos recursos endógenos agro-alimentares”, pelo que, assegura o PSD, “os produtos tradicionais devem ser parte integrante de uma verdadeira política de desenvolvimento rural regional que os afirme no mercado exterior”.

O PSD recorda ainda que tal iniciativa permitirá criar “num tipo de produtos marcados pela cultura açoriana”, um valor acrescentado que só vai “melhorar o rendimento dos agricultores e possibilitar a manutenção da população em algumas ilhas”, afirmando-se assim como uma medida de combate à desertificação, que tem sido uma das bandeiras da actuação política social-democrata na região.

Garantir fixação de pessoas nas ilhas é “desafio mais importante”, disse Costa Neves no Pico

O líder do PSD/Açores considerou sábado que o “desafio mais importante” que a Região enfrenta actualmente é “garantir condições” às pessoas para se fixarem nas ilhas.

“É o desafio mais importante para os Açores, garantir que quem quiser fixar-se em determinada ilha tem condições para trabalhar e viver nessa ilha”, afirmou Costa Neves, na sessão de encerramento da convenção “Vida Nova” do Pico.

Segundo o líder social-democrata, a “questão essencial” no arquipélago é “assegurar a coesão territorial”, de

forma a “contrariar o abandono, o envelhecimento, a desertificação e a desesperança”, uma situação que afecta “sete das nove ilhas”.

O presidente do PSD/Açores sublinhou a necessidade de se dar uma “oportunidade real” aos jovens açorianos, “correspondendo aos que queiram implementar os seus próprios projectos e aos que, tendo formação académica, pretendam regressar e colocar os seus conhecimentos ao serviço do progresso da sua ilha”.

Para Costa Neves, um dos “maiores problemas” que afectam os Açores é o “abandono pelos jovens e o facto dos mais preparados não terem condições de regressar às nossas ilhas”.

“Só com pessoas as ilhas poderão crescer. E com os jovens empenhados e qualificados crescerão, com certeza, mais”, referiu.

O líder social-democrata reafirmou que um governo social-democrata vai criar planos de desenvolvimento integrado para cada uma das ilhas da Região, como forma de combater a desertificação.

No caso do Pico, o presidente do PSD/Açores salientou que a ilha “tem condições para apostar na carne IGP, mas o matadouro não tem uma sala de desmancha que corresponda às necessidades”.

“É das primeiras coisas que vamos fazer”, assegurou.

Em relação à produção leiteira, Costa Neves lembrou que a fábrica de lacticínios da ilha tem capacidade para cerca de 18 milhões de litros por ano, “o triplo” da actual produção de leite do Pico.

“O desafio que nós temos que cumprir é dar condições aos agricultores para que possam aproximar a sua produção da capacidade de laboração da fábrica”, considerou.

– Gab. Imp. PSD/Açores





ANADIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Anadia, para reunir no dia 16 de Maio de 2008 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD de Anadia, sita na Alameda dos Bombeiros Voluntários de Anadia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação Político-partidária – Eleição do Presidente do PSD;

2 – Outros assuntos.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez para reunir no dia **16 de Maio de 2008, às 21h00**, na sede do Partido, no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte,

ORDEM DE TRABALHOS:

1 – Informações

2 – Análise da situação política nacional e local

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Bragança, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2008, pelas 14h00, na Sede do PSD de Bragança, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2008, pelas 14h00, na sede do PSD, sita na Praça da Sé, n.º 16 – 1.º, na cidade de Bragança, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas de candidatos deverão ser apresentadas ao presidente da mesa da Assembleia de Secção do PSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas de voto estarão abertas das 14h00 às 17h00.

A sede do PSD encontra-se aberta, para recepção de candidaturas, todos os dias úteis das 14h00 às 18h00 e das 19h00 às 21h00. No terceiro dia anterior ao acto eleitoral a sede estará aberta até às 24h00.

CABECEIRAS DE BASTO (CPD BRAGA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a

Assembleia de Secção do PSD de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2008, pelas 20h30, na Sede de Concelhia, sita no lugar de Quinchoso Refojos de Fasto, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleições da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h30 às 22h30.

As listas candidatas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima indicado.

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Celorico da Beira, para reunir no próximo dia 7 de Junho de 2008, pelas 19h00 (dezanove horas) na Sede do PSD de Celorico da Beira, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (4 de Junho) na Sede do PSD de Celorico da Beira.

O acto eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 19h00 e as 22h00.

COIMBRA

Errata da Edição do Povo Livre de 16 de Abril de 2008

No primeiro parágrafo lê-se:

“Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2008, Às **11h00**, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra”.

De facto, deveria ler-se:

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Coimbra, para reunir no próximo dia 16 de Maio de 2008, Às **15h00**, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir em sessão plenária, no dia 16 de Maio de 2008, pelas 21h30, na sede, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, Gondomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;

2. Análise da situação política.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais

do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos a reunir extraordinariamente no próximo dia 16 de Maio de 2008, às 21h00, na Sede do PSD, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Político-partidária Nacional.

PONTE DE LIMA

Anula-se a convocatória publicada no Povo Livre de 30 de Abril de 2008, a qual é substituída pela presente.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata (Art.º 51º e Art.º 66º), convocam-se todos os militantes inscritos na secção de Ponte de Lima, para a Assembleia de Secção a realizar no próximo dia **17 de Maio de 2008, pelas 21h**, na sede concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, em Ponte de Lima, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;

2. Análise da situação política local e nacional.

SECÇÃO D

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes da Secção D de Lisboa para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 19 de Maio de 2008, pelas 21h30, na Sala Terraço das Estrelas, do Hotel Comfort Inn Embaixador, sito na Av. Duque de Loulé, n.º 73 (frente à Sede da Secção D), em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1- Informações;

2- Análise da situação política;

3- Apresentação e aprovação das Contas do exercício de 2007

Nota: se à hora fixada para o início dos trabalhos não existir quórum, a Assembleia iniciar-se-á trinta minutos depois, com qualquer número de militantes presentes.

SECÇÃO ORIENTAL

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 15 de Maio (quinta-feira), pelas 21h30, na sede da Secção Oriental, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21 A - Sub/Cave, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise da situação político-partidária

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 21 de Maio (quarta-feira), pelas 21h, no Centro Comercial Vallis Longus, no Auditório Dr. António Macedo, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações e Análise da Situação Política

SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Santo Tirso para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia **23 de Maio de 2008**, pelas 21.00 horas, na sede concelhia sita à Rua Dr.º Carneiro Pacheco, 33-1.º Loja 5 em Santo Tirso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Discussão e aprovação da Estratégia para as Eleições Autárquicas de 2009, apresentada pela Comissão Política;



II CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o II Conselho Nacional ordinário de 2008 da JSD, a realizar no dia 17 de Maio de 2008, Sábado, pelas 10h30, no Centro Cultural de Ansião, sito na Avenida Coronel Vitorino Henriques Godinho, em Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 - Ordem do Dia:

- Ambiente

- Regulamento de participação da JSD no XXXI Congresso do PSD

3 – Análise da situação Política.

O Presidente da Mesa do Conselho Nacional da JSD

(Daniel Figueiro)

AMADORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis e na ausência de órgãos locais eleitos, convoco o Plenário de Secção da JSD, Secção da Amadora, para reunir no próximo dia 13 de Junho de 2008, pelas 21 horas, na Sede da Secção, sita na Avenida 11 de Setembro, 4 C, Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção da Amadora.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede da Distrital de Lisboa, sita na Rua da Junqueira, n.º 209, Lisboa;

b) As urnas estarão abertas das 21 horas às 23 horas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital (Luís Newton)

NÚCLEO DA BENEDITA – ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário de Militantes do Núcleo da Benedita, Secção de Alcobaca, para reunir no próximo dia 14 de Junho de 2008, pelas 16 horas, na Sede de Núcleo da Benedita, sita na Rua da Serradinha, n.º 32, na Benedita, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo, ou a quem a substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do Núcleo da JSD da Benedita;

As urnas estarão abertas das 16 horas às 18 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário do Núcleo da JSD da Benedita
(Diana Marques)

NÚCLEO DE OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário da Secção da JSD do Concelho de Ovar, para reunir no próximo dia 11 de Julho de 2008 (sexta-feira), pelas 21 horas, na Sede Concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, n.º 84, 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição para a Comissão Política de Núcleo Residencial da Freguesia de São João de Ovar;

2 – Eleição para a Mesa de Plenário de Núcleo Residencial da Freguesia de São João de Ovar.

Nota:

As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início da ordem de trabalhos, na Sede de Concelhia.

As urnas estarão abertas até às 23 horas.

A Presidente da Mesa do Plenário Concelhio
(Tânia Pinto)

SANTIAGO DO CACÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, vimos por este meio convocar o Plenário da Secção de Santiago do Cacém, para o próximo dia 31 de Maio de 2008 (Sábado), pelas 20 horas, na Sede Concelhia do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Órgãos Concelhios da Secção de Santiago do Cacém.

Nota:

A urna estará aberta das 20h30 às 22h30.

A Presidente da Mesa do Conselho Distrital de Setúbal
(Neuza Alves Salgueiro)



NÚCLEO DO IIEFP DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo do IIEFP-Instituto do Emprego e Formação Profissional do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DA SEGURANÇA SOCIAL DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo da Segurança Social do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DOS STCP DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo dos STCP do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar

no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DA PETROGAL DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo da PETROGAL do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DO BANCO SANTANDER TOTTA DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo do Banco Santander Totta do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD,

as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DA DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo da Direcção Geral dos Serviços Prisionais do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DA PJ DO DISTRITO DO PORTO

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo da PJ do Distrito do Porto, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008, das 17H00 às 21H00, na Sede Distrital, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo.

Porto, 18 de Abril de 2008

Pe' O Secretariado

Distrital dos TSD do Porto

Rui André Martins

Vice-Presidente

Nota:

De acordo com o n.º 3, do Art.º 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às 22H00 do dia 29 de Maio de 2008, na Sede Distrital dos TSD/PORTO, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º 64, no Porto.

NÚCLEO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

Nos termos do Art.º 19.º dos Estatutos Nacionais dos TSD, convocam-se todos os militantes do Núcleo da Câmara Municipal de Paredes, para a Assembleia de Núcleo, a realizar no dia 5 de Junho de 2008,

